

COMANDO 23 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	160170-COMANDO 23 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	ALEXANDRE FRANCISCO ALVES	08/01/2026 13:03 (v 0.5)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos		64314.008603/2025-65

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90023/2026

CONTRATANTE (UASG)

(160170)

OBJETO

Cessão de uso para exercício de atividade de apoio lanchonete/cantina

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 266,58 (referente à cesta de itens)

R\$ 2.213,68 / mês (valor mensal para a cessão de uso - incluindo os gastos com energia elétrica e água/esgoto)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme publicado no Diário Oficial da União

Critério de Julgamento:

menor preço por grupo

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

(Processo Administrativo nº 64314.008603/2025-65)

Torna-se público que o **Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva**, por meio do **Grupo de Coordenação e Acompanhamento das Licitações e Contratos**, sediado na **Folha 23, Quadra especial, Nova Marabá, CEP 68509-630, Marabá-PA**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **cessão de uso para exercício de atividade de apoio lanchonete/cantina** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 34 (trinta e quatro) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a

condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.10. Sociedades cooperativas.

3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.5 e 3.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.6.5 e 3.6.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

~~5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.~~

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na

Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

~~5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.~~

5.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

~~5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;~~

~~5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]~~

5.8 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo:

6.1.1. valor unitário.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

~~6.5.1. No regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2].~~

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

~~6.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações — CBO.~~

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de ~~valor inferior ou~~ percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

~~7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.~~

~~7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.~~

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

~~7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.~~

~~7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.~~

~~7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.~~

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

~~7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.~~

~~7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.~~

~~7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.~~

~~7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015).~~

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

~~8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.~~

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

~~8.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:~~

~~8.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];~~

~~8.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.~~

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

~~8.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:~~

~~8.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;~~

~~8.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.~~

~~8.12.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.~~

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

~~8.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.~~

~~8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.~~

~~8.14.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;~~

~~8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.~~

~~8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.~~

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

~~8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.~~

~~8.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.~~

~~8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.~~

~~8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.~~

~~8.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.~~

~~8.23. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:~~

~~8.23.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo de trabalho em que se baseia sua proposta;~~

~~8.23.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;~~

~~8.23.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e~~

~~8.23.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual~~

~~a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~8.24. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.~~

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ~~ou da ata de registro de preços~~, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **meio de cadastro no SICAF**

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado **pelo e-mail gcalc23bda@gmail.com**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **até 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

~~9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.~~

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

~~9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.~~

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas) horas** horas, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ~~ou outro instrumento equivalente~~.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ~~ou instrumento equivalente~~, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **3 (três)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **3 (três)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7. 1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://licitacoeseb.8rm.eb.mil.br/communities/f8a06afd-3d98-4e94-add1-e909538b1c0d>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ~~ou a ata de registro de preço~~, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. Resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **E-mail: gcalc23bda@gmail.com ou direcionar ao endereço da 23ª BDA INF SL: Folha 23, Quadra especial, Nova Marabá, CEP.: 68.509-630, Marabá-PA.**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **<https://www.gov.br/compras/pt-br>**.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUILHERME
AUGUSTO DE FELITO
LOPES:01270916610

Assinado de forma digital por
GUILHERME AUGUSTO DE
FELITO LOPES:01270916610
Dados: 2026.01.09 10:44:33
-03'00'

GUILHERME AUGUSTO DE FELITO LOPES
Autoridade competente

COMANDO 23 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

Termo de Referência 112/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
112/2025	160170-COMANDO 23 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	ALEXANDRE FRANCISCO ALVES	23/12/2025 10:21 (v 0.6)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos	72/2025	64314.008603/2025-65

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64314.008603/2025-65)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Cessão de uso para exercício de atividade de apoio lanchonete/cantina, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT SER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	Salgado Frito Descrição técnica: Porção individual de salgado frito, preparado com massa à base de farinha de trigo ou substância análoga, recheio salgado (ex.: frango desfiado, carne, queijo ou similar). Peso mínimo por unidade: aprox. 70–120 g. Produto preparado diariamente, servido quente; embalado/entregue em invólucro apropriado para consumo imediato.	3697	Unidade	1	R\$ 6,33	R\$ 6,33
	2	Salgado Assado Descrição técnica: Porção individual de salgado assado (ex.: empada, esfirra, pão recheado assado), massa assada com recheio salgado. Peso mínimo por unidade: aprox. 70–120 g. Produto preparado diariamente, servido quente; embalado/entregue em invólucro apropriado para consumo imediato.	3697	Unidade	1	R\$ 6,83	R\$ 6,83
	3	Misto quente simples Descrição técnica: Sanduíche quente simples composto por pão (tipo francês/similar) e recheio de queijo e/ou presunto (ou substitutos alimentares equivalentes). Peso mínimo do sanduíche: aprox. 120 g. Produto	3697	Unidade	1	R\$ 5,17	R\$ 5,17

	preparado diariamente, servido quente; embalado/entregue em invólucro apropriado para consumo imediato.					
4	Misto quente completo Descrição técnica: Sanduíche quente com variação de ingredientes (ex.: queijo, presunto, ovo, complementos) com peso mínimo aprox. 150 g; Produto preparado diariamente, servido quente; embalado /entregue em invólucro apropriado para consumo imediato.	3697	Unidade	1	R\$ 6,33	R\$ 6,33
5	Empanado Descrição técnica: Porção individual de produto empanado (ex.: filé empanado, croquete), preparado com proteína (carne /frango/ equivalente) empanado e frito ou assado conforme disponibilidade; peso mínimo aprox. 60–120 g; Produto preparado diariamente, servido quente; embalado /entregue em invólucro apropriado para consumo imediato.	3697	Unidade	1	R\$ 3,50	R\$ 3,50
6	Bolo no pote Descrição técnica: Porção individual de bolo embalado em pote (consumo imediato), com ingredientes frescos; volume aproximado 200–300 ml; Rotulagem ou identificação com data de fabricação, ingredientes e possíveis alergênicos; armazenamento refrigerado quando aplicável.	3697	Unidade	1	R\$ 5,42	R\$ 5,42
7	Fatia de bolo Descrição técnica: Fatia individual de bolo (padrão comercial), preparada no dia ou acondicionada com identificação de data; peso médio por fatia aprox. 90–150 g	3697	Unidade	1	R\$ 5,17	R\$ 5,17
8	Tapioca simples Descrição técnica: Porção individual de tapioca (goma de mandioca hidratada) simples (sem recheio) preparada na hora; peso/volume aproximado por unidade (90–150 g). Produto preparado diariamente, servido quente; embalado/entregue em invólucro apropriado para consumo imediato.	3697	Unidade	1	R\$ 4,50	R\$ 4,50
9	Tapioca recheada Descrição técnica: Porção individual de tapioca (goma de mandioca hidratada) com recheio (ex.: queijo, coco, carne seca, etc.), preparo na hora; peso/volume aproximado por unidade (150–250 g). Produto preparado diariamente, servido quente; embalado /entregue em invólucro apropriado para consumo imediato.	3697	Unidade	1	R\$ 10,00	R\$ 10,00
10	Cuscuz Simples Descrição técnica: Porção individual de cuscuz (milho) simples, preparado conforme receita tradicional local; porção pronta para consumo, com peso aproximado 80–150 g; preparado no dia.	3697	Unidade	1	R\$ 4,33	R\$ 4,33
11	Cuscuz Completo Descrição técnica: Porção individual de cuscuz com complementos (ex.: carne, ovos, vegetais), pronto para consumo; peso aproximado 150–300 g; preparado no dia.	3697	Unidade	1	R\$ 10,67	R\$ 10,67
	Café 150 ml Descrição técnica: Bebida preparada quente,					

1

12	porção individual de café (expresso/coado) com volume de 150 ml; preparado na hora com água potável e insumos de qualidade; opção de adoçante e açúcar a parte; máquina ou preparo manual.	3697	Unidade	1	R\$ 2,83	R\$ 2,83
13	Café com Leite 250 ml Descrição técnica: Bebida quente preparada com café e leite, porção individual de 250 ml. Preparado na hora com água potável, leite e insumos de qualidade; opção de adoçante e açúcar a parte.	3697	Unidade	1	R\$ 5,17	R\$ 5,17
14	Creme dental Descrição técnica: Pasta dental em embalagem individual comercial, acondicionada e selada; apresentação (bisnaga 70–100 g). Produto novo, lacrado; prazo de validade vigente.	3697	Unidade	1	R\$ 6,33	R\$ 6,33
15	Achocolatado Descrição técnica: Bebida achocolatada pronta para consumo; volume 300–350 ml. Preparado na hora.	3697	Unidade	1	R\$ 4,67	R\$ 4,67
16	Vitamina 300 ml Descrição técnica: Bebida preparada com fruta porção individual de 300 ml, preparada no dia; ingredientes frescos.	3697	Unidade	1	R\$ 6,33	R\$ 6,33
17	Suco Natural 300 ml Descrição técnica: Suco integral natural, preparado no dia, porção de 300 ml; sem adição de conservantes; refrigerado até o consumo.	3697	Unidade	1	R\$ 5,50	R\$ 5,50
18	Suco industrializado Descrição técnica: Bebida de polpa/néctar em embalagem comercial fechada (1 l) de fornecedor industrial; aceita marcas equivalentes com características análogas do suco Del Valle. Produto com validade em dia e integridade da embalagem.	3697	Unidade	1	R\$ 9,67	R\$ 9,67
19	Refrigerante 2 litros Descrição técnica: Refrigerante não alcoólico em embalagem PET 2 litros, aceita marcas equivalentes com características análogas da Coca Cola; entrega em embalagem lacrada; validade vigente.	3697	Unidade	1	R\$ 17,00	R\$ 17,00
20	Refrigerante 1,5litros Descrição técnica: Refrigerante não alcoólico em embalagem PET 1,5 litros; aceita marcas equivalentes com características análogas da Coca Cola, entrega em embalagem lacrada; validade vigente.	3697	Unidade	1	R\$ 14,00	R\$ 14,00
21	Refrigerante 1 litro Descrição técnica: Refrigerante em embalagem PET 1 litro; aceita marcas equivalentes com características análogas da Coca Cola, entrega em embalagem lacrada; validade vigente.	3697	Unidade	1	R\$ 10,67	R\$ 10,67
22	Refrigerante 500 ml Descrição técnica: Refrigerante em embalagem PET 600 ml; aceita marcas equivalentes com características análogas da Coca Cola, entrega em embalagem lacrada; validade vigente.	3697	Unidade	1	R\$ 7,00	R\$ 7,00
	Refrigerante lata 350 ml Descrição técnica: Refrigerante em lata 350					

23	ml; aceita marcas equivalentes com características análogas da Coca Cola, entrega em embalagem lacrada; validade vigente.	3697	Unidade	1	R\$ 5,67	R\$ 5,67
24	Refrigerante 2l Descrição técnica: Refrigerante em embalagem PET de 2 l; aceita embalagens industriais de bebidas não alcoólicas equivalentes, entrega em embalagem lacrada; validade vigente.	3697	Unidade	1	R\$ 14,17	R\$ 14,17
25	Refrigerante 1,5l Descrição técnica: Refrigerante em embalagem PET 1,5 l; aceita embalagens industriais de bebidas não alcoólicas equivalentes, entrega em embalagem lacrada; validade vigente.	3697	Unidade	1	R\$ 9,67	R\$ 9,67
26	Refrigerante lata Descrição técnica: Refrigerante em lata 350 ml; aceita embalagens industriais de bebidas não alcoólicas equivalentes, entrega em embalagem lacrada; validade vigente.	3697	Unidade	1	R\$ 5,17	R\$ 5,17
27	Refrigerante Descrição técnica: Bebida levemente gaseificada, saborizada, sem adição de açúcares e com baixo ou zero valor calórico. Apresentação: apresentada em embalagem individual PET de 500 ml; aceita embalagens e formulações, não alcoólicas, equivalentes, entrega em embalagem lacrada; validade vigente.	3697	Unidade	1	R\$ 8,67	R\$ 8,67
28	Bebida energética Descrição técnica: Bebida energética industrial em embalagem comercial lata 350ml, aceita embalagens e formulações, não alcoólicas, equivalentes, entrega em embalagem lacrada; validade vigente.	3697	Unidade	1	R\$ 13,33	R\$ 13,33
29	Barra de chocolate/snack Descrição técnica: Barra de chocolate ou snack embalado individualmente; aceita marcações e embalagens equivalentes à marca KitKat; produto lacrado novo, validade vigente.	3697	Unidade	1	R\$ 5,50	R\$ 5,50
30	Biscoito recheado Descrição técnica: Biscoito recheado embalado individualmente, produto industrial; aceitação de marcas equivalentes à Piraquê; entrega lacrada e com validade.	3697	Unidade	1	R\$ 6,00	R\$ 6,00
31	Sabonete Descrição técnica: Sabonete em barra, peso líquido 85g lacrado; produto novo dentro do prazo de validade.	320726	Unidade	1	R\$ 5,83	R\$ 5,83
32	Prestobarba descartável Descrição técnica: Produto de higiene para barbear, lâmina descartável, em embalagem lacrada.	631038	Unidade	1	R\$ 5,17	R\$ 5,17
33	Açaí Descrição técnica: Porção individual de açaí servida em tigela/pote, com peso/volume aproximado 150–300 g, preparado em condições sanitárias adequadas; pode ser fornecido com complementos (granola, banana, etc.), conforme disponibilidade; controle de temperatura e prazo de conservação.	3697	Unidade	1	R\$ 14,33	R\$ 14,33

	34	Hambúrguer Descrição técnica: Hambúrguer individual pronto para consumo, com peso aprox. 200 g preparada no dia ou obtida pré-elaborada por fornecedor industrial; Aceita hambúrguer comercial ou artesanal desde que atenda requisitos de qualidade e segurança alimentar.	3697	Unidade	1	R\$ 15,67	R\$ 15,67
VALOR TOTAL DO GRUPO DE ITENS						R\$ 266,58	R\$ 266,58

--	--	--

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidad

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado por se tratar de necessidade prolongada, tendo em vista se tratar de cessão de uso de espaço público para exploração comercial de cantina/lanchonete.

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogáveis por até 10 (dez) anos, contados da assinatura do contrato, na forma do Art. 110, I, da Lei no 14.133/2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 Os quantitativos constantes na tabela de itens representam apenas a unidade de referência necessária para a obtenção do preço estimado da cesta mínima a ser comercializada pela futura contratada, conforme metodologia de pesquisa de preços prevista na legislação aplicável. Como se trata de contrato de cessão de uso de espaço público para exploração comercial de cantina, o consumo efetivo dos itens não será fornecido pela Administração, ocorrendo por demanda dos usuários, de forma variável e dinâmica ao longo da vigência contratual.

1.7 Dessa forma, não é possível, nem tecnicamente adequado, estabelecer quantidades fixas de aquisição, uma vez que não haverá compra nem fornecimento de produtos pela Administração Pública, mas apenas a definição de preços-teto para garantir a modicidade, a qualidade mínima do serviço e a proteção dos usuários. Assim, a adoção de “1 (uma) unidade” por item na tabela cumpre exclusivamente a finalidade de balizar o preço de referência, sem representar quantitativo contratual, assegurando a compatibilidade com o modelo de execução do objeto, no qual o concessionário realizará a reposição dos itens diariamente e às suas expensas, conforme a demanda natural dos consumidores.

1.8 As condições de envio dos lances e formulação das propostas são aquelas previstas no edital.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. eficiência energética;
- 4.1.2. gestão de água;
- 4.1.3. gestão de resíduos;
- 4.1.4. uso de materiais sustentáveis; e
- 4.1.5. promoção da biodiversidade.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.15. Não há obrigatoriedade de avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno do objeto a ser contratado. Outrossim informo que será assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09:30** horas às **16:00** horas.

4.16. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.17. Para a vistoria prévia, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.18. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.19. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Margem de Preferência

4.39. O objeto da contratação não se enquadra na margem de preferência prevista no Decreto no 11.890, de 22 de janeiro de 2024, já que não possui produtos manufaturados registrados que se enquadrem com os listados no Anexo I, da Resolução SEGES-CICS/MGI no 1, de 2 de julho de 2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 Os serviços serão executados de forma presencial e contínua no espaço físico da cantina, nas dependências do 52º BIS, observando rotina diária de atendimento ao público militar. O funcionamento ocorrerá, nos dias com expediente na OM, de 07h30 às 16h30. Durante o horário de atendimento, a contratada deverá manter a disponibilidade integral de itens da cesta mínima, realizar a manipulação e comercialização dos alimentos conforme as normas sanitárias vigentes, proceder à reposição contínua dos produtos conforme a demanda e assegurar o atendimento adequado aos usuários. As rotinas operacionais incluem abertura e preparação do ambiente, organização dos produtos para venda, atendimento ao público, manuseio de equipamentos, controle de estoque, limpeza regular das superfícies e suporte às atividades de fiscalização por parte da Administração.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rodovia BR-230 (Transamazônica), S/No - Km 08 - Nova Marabá - Marabá - PA - CEP 68.507-765; e

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: iniciará às 07:30h com término às 16:30, com parada para almoço das 12:00 às 13:00, podendo haver modificação de horário mediante aprovação de ambas as partes.

Rotinas a serem cumpridas

5.4 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1 a abertura do estabelecimento no horário estabelecido;

5.4.2 a disposição adequada dos itens da cesta mínima;

5.4.3 a execução das atividades de preparo, manipulação e comercialização de alimentos conforme as normas sanitárias vigentes;

5.4.4 o atendimento contínuo ao público militar autorizado;

5.4.5 a reposição de produtos de acordo com a demanda; e

5.4.6 o manejo correto dos equipamentos e a manutenção da organização e limpeza das áreas internas de trabalho.

5.5 A contratada deverá assegurar a regularidade do funcionamento durante os dias de expediente da Organização Militar, bem como cumprir as orientações e determinações emitidas pela fiscalização do contrato, adotando prontamente as medidas corretivas necessárias para manter o serviço em pleno atendimento aos padrões de qualidade exigidos pela Administração.

Materiais a serem disponibilizados

5.6 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7 Não está incluída na Cessão de uso qualquer bem móvel, sendo da responsabilidade da CESSIONÁRIA a disponibilização de todos os móveis, equipamentos e materiais para a execução dos serviços.

Especificação da garantia do serviço

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.9 Os empregados da contratada deverão utilizar uniforme padronizado, discreto e compatível com a atividade de atendimento ao público em ambiente militar, composto por peças que assegurem apresentação adequada, limpeza e higiene. O uniforme deverá ser fornecido pela contratada sem qualquer ônus ao trabalhador e deverá caracterizar de forma clara o funcionário como integrante da equipe da cantina, vedado o uso de vestimentas que possam comprometer a disciplina, a ordem, a segurança ou a imagem institucional da Organização Militar. A contratada deverá zelar para que seus empregados mantenham apresentação pessoal compatível com o ambiente castrense, observando a conservação, integridade e uso correto dos uniformes durante toda a jornada de trabalho.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de funcionamento da cantina.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1 O pagamento será efetuado pela CESSIONÁRIA até o 5º (quinto) dia útil ao mês subsequente a que se refere a taxa de utilização.

7.2 Os pagamentos deverão ser efetuados exclusivamente através de Boletos GRU – Guia de Recolhimento da União – emitidos pela CEDENTE.

7.3 Os boletos para pagamento serão disponibilizados a(o) CESSIONÁRIO(A), pelo Setor Financeiro (Tesouraria) da CEDENTE.

7.4 A(O) CESSIONÁRIA(O) deverá apresentar mensalmente uma cópia do comprovante de pagamento ao Fiscal de Contratos designado pela CEDENTE, para controle interno e prova de sua quitação.

7.5 A inadimplência da(o) CESSIONÁRIA(O) em até 03 (três) parcelas implicará na rescisão contratual.

7.6 São de inteira responsabilidade da(o) CESSIONÁRIA(O) a guarda e dos cuidados com os boletos, assim como a busca oficial destes – mensalmente – junto à CEDENTE.

Reajuste

7.7 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.8 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada os preços para cesta de itens poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para o reajuste da taxa referente à Cessão de Uso, observando o período de vigência contratual, será aplicado o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M).

7.9 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.10 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CESSIONÁRIA pagará à CEDENTE a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CESSIONÁRIA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.14 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20** (vinte) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **2%** (dois por cento) a **12%** (**doze** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5%** (cinco por cento) a **15%** (**quinze** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **12%** (doze por cento) a **20%** (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2%** (dois por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL PARA O ITEM.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13 Ato de autorização para o exercício da atividade de atividade de apoio - lanchonete-cantina.

9.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.25 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.25.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.26 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.27 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.28 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.29 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.30 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.31.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.31.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.31.6.1. ata de fundação;

9.31.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.31.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.31.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.31.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.31.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.31.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 266,58 (duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida em anexo.

10.2 Apesar de o custo estimado total da contratação, apurado a partir da pesquisa de preços da cesta mínima de itens, corresponder ao valor de R\$ 266,58 (duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), esse montante representa apenas o preço máximo de referência para fins de controle e modicidade.

10.3 No tocante à ocupação do espaço físico destinado à cantina, o Valor Total Mensal para a Cessão de Uso, já contemplando o consumo proporcional de energia elétrica e água/esgoto, foi definido no montante de R\$ 2.213,68 (dois mil duzentos e treze reais e sessenta e oito centavos), valor este que deverá ser integralmente pago pelo cessionário, conforme estipulado no Tópico 7 – Critérios de Medição e Pagamento deste Termo de Referência.

10.4 Importa destacar que tal valor foi estabelecido com base no LAUDO DE AVALIAÇÃO nº 002/2025 – Residência Técnica da 23ª Bda Inf SI, de 05 de novembro de 2025, o qual segue anexo a este TR.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Por se tratar de uma cessão de uso de bem imóvel, não haverá despesa por parte da Administração Pública.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

Não se aplica à presente contratação.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO ANDERSON MOURA COSTA JUNIOR

Equipe de apoio



Documento assinado digitalmente

ANTONIO ANDERSON MOURA COSTA JUNIOR

Data: 23/12/2025 18:45:23-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

RODRIGO LISBOA ABREU DA SILVA

Data: 28/12/2025 10:07:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RODRIGO LISBOA ABREU DA SILVA

Equipe de apoio

Despacho: Aprovo

GUILHERME

AUGUSTO DE FELITO

LOPES:01270916610

Assinado de forma digital por

GUILHERME AUGUSTO DE

FELITO LOPES:01270916610

Dados: 2026.01.06 13:40:17

-03'00'

GUILHERME AUGUSTO DE FELITO LOPES

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Lista de itens - Anexo TR.pdf (86.1 KB)
- Anexo II - Laudo de Avaliacao tecnica 002.pdf (16.85 MB)



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
23ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Brigada Marechal Soares de Andréa)**

LAUDO DE AVALIAÇÃO Nr 002/2025 -RESIDÊNCIA TÉCNICA DA 23ª BDA INF SL

**CANTINA DO 52º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
MARABÁ/PA**



ÁREA DA CANTINA DO CÍRCULO MILITAR DE MARABÁ: 46,96 m²

PARCELA DO IMÓVEL PA 08-0028

VALOR MENSAL PARA A CESSÃO DE USO = R\$ 2.213,68 / mês

(VALOR JÁ CONSIDERANDO OS GASTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA/ESGOTO)

- novembro de 2025 -

LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL – RESUMO

Endereço do imóvel Rodovia Transamazônica, KM 09, no município de Marabá-PA, 68507-765			
Cidade MARABÁ	UF PA		
Objetivo da Avaliação AVALIAÇÃO DO VALOR PARA CESSÃO DE USO PARA ATIVIDADE DE APOIO – CANTINA			
Finalidade da Avaliação FORNECER AO 52º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA O VALOR MENSAL PARA A CESSÃO DO USO DO IMÓVEL.			
Solicitante e/ou interessado “MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO – 23ª Brigada de Infantaria de Selva”			
Proprietário “MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO”			
Tipo de Imóvel CANTINA	Área do Imóvel (m²) 46,96		
Metodologia MÉTODO DA RENDA			
Pressupostos e Ressalvas O EMPREENDIMENTO ENCONTRA-SE EM MERCADO RESTRITO, OU SEJA, INTERNO À ORGANIZAÇÃO MILITAR.		Como as Atividades de Apoio não se enquadram em nenhuma das atividades descritas no item 5.1.2 da ABNT NBR 14.653-4, e como as especificações quanto à fundamentação e precisão não são previstas na NBR 14.653-2 para o Método da Renda, consequentemente, estas especificações não serão classificadas.	
VALOR MENSAL PARA A CESSÃO DE USO DA BARBEARIA R\$ 2.213,68 / mês			
Parte relativa à CESSÃO DA ÁREA: R\$ 1.757,69 / mês		Parte relativa aos CUSTOS COM ENERGIA/ÁGUA/ESGOTO R\$ 455,99 / mês	
Nome do Responsável Técnico RICARDO CHAGAS TOLENTINO	CPF 127.740.197-70	Formação do RT ENG CIVIL	CREA do RT 942608PA

Assinatura do Responsável Técnico

Marabá-PA, 05 de novembro de 2025.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
23ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Brigada Marechal Soares de Andréa)

Laudo de Avaliação nº 002/2025 – Residência LAUDO DE AVALIAÇÃO de parcela do imóvel PA 08-0028, referente à CANTINA do 52º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA, localizado na Rodovia Transamazônica, KM 09, no município de Marabá-PA, 68507-765, jurisdicionado ao Exército Brasileiro, com área de 46,96 m².

Técnica da 23ª Bda Inf

1. IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

52º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
Rodovia Transamazônica, KM 09, no município de Marabá-PA
Cep.: 68507-765

2. FINALIDADE DO LAUDO

Fornecer à 23ª Brigada de Infantaria de Selva, o valor mensal para a Cessão de Uso de parcela do imóvel PA 08-0028, correspondente à Cantina do 52º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (52º BIS), com área de 46,96 m².

3. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

O objetivo da avaliação é calcular o valor da contrapartida mensal para a cessão de uso do bem, com base no Método da Renda, considerando as características específicas do mercado ao qual o empreendimento está inserido.

4. PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E FATORES LIMITANTES

A cantina do Círculo Militar de Marabá constitui uma Atividade de Apoio que visa prestar o serviço de apoio à alimentação dos integrantes do 52º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (52º BIS). Por este motivo, considera-se que o supracitado empreendimento se encontra em **mercado restrito**, ou seja, oferece seus serviços apenas no interior do aquartelamento, não podendo inserir-se no mercado externo ao 52º BIS. Por este motivo, não foi classificado em nenhuma das atividades descritas no item 5.1.2, alínea a), da ABNT NBR 14.653-4, o qual cita as atividades classificadas como empreendimento de base imobiliária. Conforme prevê a Associação Brasileira de Normas Técnicas, os casos que não se enquadrarem na NBR 14.653-4 deverão observar os aspectos descritos nos itens 8.2.3.1 a 8.2.3.4 da ABNT NBR 14.653-2.

O imóvel encontra-se em condições de utilização imediata. No acesso ao imóvel existem sistemas com pavimentação asfáltica, rede elétrica, iluminação pública, correio domiciliar, rede de água e esgoto, rede telefônica, transporte público, dentre outros.

5. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO EMPREENDIMENTO E PERÍODO DE VISTORIA

5.1 PROPRIETÁRIO

União Federal por força do Título de Propriedade, jurisdicionado ao Exército Brasileiro, de acordo com a documentação do imóvel fornecida pela 52º BIS (ANEXO II).

5.2 OBJETO DA AVALIAÇÃO

Parcela de 46,96 m², do imóvel PA 08-0028, a qual corresponde a uma sala destinada à atividade de barbearia para atender ao público interno do 52º BIS.

A área destinada à Cantina está destacada da Figura 1.



Figura 1 – Localização da Cantina do 52º BIS.

5.3 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA BENFEITORIA

Tabela 1 – Itens encontrados (ou previstos) na cantina da 52º BIS.

Item	Descrição	Quantidade	Característica
1	Cantina	1	Cantina (total 49,96m²)
2	Teto	-	Laje
3	Paredes	-	Em alvenaria de tijolo cerâmico
4	Piso	-	Cerâmico
5	Porta de acesso	1	Porta de ferro com cadeado
6	Lâmpada	-	Fluorescente 30W
7	Equipamentos	-	À instalar

6. INDICAÇÃO DO MÉTODO E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

O presente laudo utilizou o **Método da Renda**, observando os aspectos descritos nos itens 8.2.3.1 a 8.2.3.4 da ABNT NBR 14.653-2:2011.

6.1 DESENVOLVIMENTO DO MÉTODO DA RENDA

6.1.1 REQUISICÃO E CONHECIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

Tabela 2 – documentação coletada

Item	Documentação Necessária
1	ANEXO I – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO IMÓVEL AVALIANDO
2	ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO RELACIONADO A CANTINA DO 52º BIS
5	ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (A.R.T.)

6.1.2 MONTAGEM DO FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa operacional da CANTINA foi formulado com base no horizonte mensal. Tal medida foi elencada visando a determinação do valor previsto para a contrapartida MENSAL que o cessionário deverá pagar pela utilização do espaço cedido, bem como pelos custos referentes aos gastos com energia elétrica e água/esgoto, dentro do Modelo Financeiro do empreendimento, conforme os cálculos apresentados pelas tabelas a seguir.

6.1.2.1 Estimativa das Receitas

Tabela 3 – Público militar da cantina

Público da OM	Efetivo	Percentual médio de adesão	Público ativo para a cantina no mês
militares	706	55%	388

Tabela 4 – Estimativa de Receita de Vendas por Mês

Nr	Descrição dos Itens	Valor Unitário Médio (Repassado)	Qtd Média de Vendas/Militar/Semana	Receita por Mês
1	Salgado Frito	R\$ 6,33	0,91	R\$ 8.942,67
2	Salgado Assado	R\$ 6,83	0,91	R\$ 9.648,67
3	Misto quente simples	R\$ 5,17	0,91	R\$ 7.295,33
4	Misto quente completo	R\$ 6,33	0,91	R\$ 8.942,67
5	Empanado	R\$ 3,50	0,91	R\$ 4.942,00
6	Bolo no pote	R\$ 5,42	0,91	R\$ 7.648,33
7	Fatia de bolo	R\$ 5,17	0,91	R\$ 7.295,33
8	Tapioca simples	R\$ 4,50	0,91	R\$ 6.354,00
9	Tapioca recheada	R\$ 10,00	0,91	R\$ 14.120,00
10	Cuscuz Simples	R\$ 4,33	0,91	R\$ 6.118,67
11	Cuscuz Completo	R\$ 10,67	0,91	R\$ 15.061,33
12	Café 150ml	R\$ 2,83	0,59	R\$ 2.588,67
13	Café com leite 250ml	R\$ 5,17	0,59	R\$ 4.720,51
14	Creme dental	R\$ 6,33	0,59	R\$ 5.786,43
15	Achocolatado	R\$ 4,67	0,59	R\$ 4.263,69
16	Vitamina 300ml	R\$ 6,33	0,59	R\$ 5.786,43
17	Suco Natural 300ml	R\$ 5,50	0,59	R\$ 5.025,06
18	Suco Dell Valle 1 litro	R\$ 9,67	0,59	R\$ 8.831,92
19	Coca cola 2L	R\$ 17,00	0,59	R\$ 15.532,00
20	Coca cola 1,5L	R\$ 14,00	0,59	R\$ 12.791,06
21	Coca cola 1L	R\$ 10,67	0,59	R\$ 9.745,57
22	Coca cola 600ml	R\$ 7,00	0,59	R\$ 6.395,53
23	Coca cola lata	R\$ 5,67	0,59	R\$ 5.177,33
24	Tuchaua 2L	R\$ 14,17	0,59	R\$ 12.943,33
25	Tuchaua 1,5L	R\$ 9,67	0,59	R\$ 8.831,92
26	Tuchaua lata	R\$ 5,17	0,59	R\$ 4.720,51
27	H2O	R\$ 8,67	0,59	R\$ 7.918,27
28	Energéticos	R\$ 13,00	0,59	R\$ 11.877,41
29	KitKat	R\$ 5,50	0,88	R\$ 7.474,78
30	Biscoito recheado	R\$ 6,00	0,88	R\$ 8.154,30
31	Sabonete	R\$ 5,83	0,88	R\$ 7.927,79
32	Prestobarba	R\$ 5,17	0,75	R\$ 6.018,65
33	Açaí	R\$ 14,33	0,88	R\$ 19.479,72
34	Hamburguer	R\$ 15,67	0,75	R\$ 18.250,10

TOTAL DE RECEITAS POR MÊS (ESTIMADO) = R\$ 296.609,98

6.1.2.2 Estimativa das Despesas

Tabela 5 – Estimativa de Despesas de Vendas por Mês

Nr	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS DE CONSUMO E SERVIÇOS (D)	Unidade	Qtd/mês	Valor Unitário Médio	Custo total/mês
1	Salário de cozinheiro	Unid	1,0	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
2	Salário de caixa	Unid	1,0	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
3	Salário de atendente	Unid	1,0	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
4	Bobina para máquina de cupom fiscal (com 30 unid)	Caixa	1,0	R\$ 120,00	R\$ 120,00
5	30 Sacos de Lixo de 100 L	Pct	1,0	R\$ 90,00	R\$ 90,00
6	Desifetante de 5 L	Galão	4,0	R\$ 15,00	R\$ 60,00
7	Vassoura	Unid.	1,0	R\$ 30,00	R\$ 30,00
8	Rodo	Unid.	1,0	R\$ 18,00	R\$ 18,00
9	Álcool 46	L	1,0	R\$ 12,00	R\$ 12,00
10	Papel Higiênico Folhas Duplas (com 24 rolos)	Pct	2,0	R\$ 20,00	R\$ 40,00
11	Papel toalha interfolha (1000 folhas)	Pct	2,0	R\$ 45,00	R\$ 90,00
12	Saches Catchup (192 unidades)	Caixa	4,0	R\$ 18,00	R\$ 72,00
13	Saches Maionese (192 unidades)	Caixa	4,0	R\$ 20,00	R\$ 80,00
14	Copo descartável 300ml (100 unidades)	Pacote	6,0	R\$ 10,00	R\$ 60,00
15	Saco de papel para lanche viagem (500 unidades)	Pacote	3,0	R\$ 33,33	R\$ 100,00
16	Canudos descartáveis (100 unidades)	Pacote	3,0	R\$ 10,00	R\$ 30,00
17	Guardanapo de papel branco 22cm (50 unidades)	Pacote	40,0	R\$ 3,00	R\$ 120,00
18	Botijão de gás	Unidade	3,0	R\$ 102,00	R\$ 306,00
19	Óleo Garrafa	Unidade	30,0	R\$ 9,00	R\$ 270,00
20	Vinagre (500ml)	garrafa	2,0	R\$ 4,00	R\$ 8,00
21	Detergente (500ml) + esponja + luvas	Kit	24,0	R\$ 4,17	R\$ 100,00
22	Copo descartável 180ml (100 unidades)	Pacote	20,0	R\$ 6,00	R\$ 120,00
23	Transporte funcionários	serviço	3,0	R\$ 83,33	R\$ 250,00
Nr	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS DE CONSUMO E SERVIÇOS (D)	Unidade	Qtd/mês	Valor Unitário Médio	Custo total/mês
1	Salário de cozinheiro	Unid	1,0	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
2	Salário de caixa	Unid	1,0	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
3	Salário de atendente	Unid	1,0	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
4	Bobina para máquina de cupom fiscal (com 30 unid)	Caixa	1,0	R\$ 120,00	R\$ 120,00
5	30 Sacos de Lixo de 100 L	Pct	1,0	R\$ 90,00	R\$ 90,00
6	Desifetante de 5 L	Galão	4,0	R\$ 15,00	R\$ 60,00

Total das despesas de consumo e serviços = R\$ 7.376,00

Tabela 6 – Despesas relativas a encargos, impostos e taxas.

Nr	Despesa aproximada com a compra dos produtos /mês	Taxa de Marcação (TM) para o cálculo do preço de venda	Valor Final de Venda ao Cliente (conforme tabela 02)
1	R\$ 232.860,12	1,27	R\$ 296.609,98

Tabela 7 - Despesas relativas a encargos, impostos e taxas.

Impostos e taxas	Alíquota	Valor em R\$
Encargos sociais sobre remuneração do trabalhador (1)	25,10%	R\$ 451,80
União (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) (2)	7,12%	R\$ 21.118,63
Impostos Estaduais (2)	3,58%	R\$ 10.618,64
Municipal - ISS (2)	0,00%	R\$ 0,00
Total de Impostos = R\$ 32.189,07		
(1) Percentual de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), considerando salário, férias, 13º salário, FGTS e verbas rescisórias		
(2) Calculado segundo a CALCULADORA DO IMPOSTO NA NOTA, da SMPE do Governo Federal. Endereço eletrônico: www.smpe.gov.br/assuntos/calculadora-do-imposto-na-nota		

6.1.2.3 Estimativa dos Gastos com Energia Elétrica e Água/Esgoto

Tabela 8 - Gastos de Energia Elétrica no mês.

Gasto de Energia Elétrica no Mês							
Valor da energia elétrica em R\$/kWh =		R\$ 0,538		Valor referente à 09/2025 (concessionária Equatorial)			
Nr	Descrição	Qtd	Potência Unitária (W)	Horas Diárias de Uso	Dias de uso no mês	kWh	Gasto total
1	Lâmpadas de 9W	4	9	9	22	7,128	R\$ 3,83
2	Liquidificador convencional	1	900	2	22	39,6	R\$ 21,30
3	Estufa elétrica	1	400	9	22	79,2	R\$ 42,61
4	Freezer	4	200	24	30	576	R\$ 309,89
5	Balcão refrigerado	1	230	10	22	50,6	R\$ 27,22
6	Microondas	1	900	2	22	39,6	R\$ 21,30
7	Ventilador médio	2	140	9	22	55,44	R\$ 29,83
8	Lâmpadas de 9W	4	9	9	22	7,128	R\$ 3,83
Total de gastos com consumo de energia elétrica no mês = R\$455,99							

Tabela 9 - Gastos de água e esgoto no mês.

Gasto de Água e Esgoto no Mês (* Vazões de acordo com a ABNT NBR 5626 - Instalação Predial de Água Fria)						
Tarifa do serviço de abastecimento de água segundo a concessionária local, para um consumo de mais de 10 m3 por mês (R\$/m3) =						R\$ 0,00
Nr	Descrição	Qtd	Vazão de Projeto (L/seg) *	Tempo de utilização (min/dia)	Volume gasto (m3/mês)	Gasto total
1	Pia - Torneira com misturador	1	0,25	75	24,75	R\$ 0,00
Total de gastos com água e esgoto no mês =						R\$ 0,00

6.1.3 MODELO FINANCEIRO DO EMPREENDIMENTO

Após os cálculos relacionados ao fluxo de caixa, foi montado o Modelo Financeiro do empreendimento:

$$R = [D + I + (C + Le)] * (1 + L)$$

onde:

R = Receita de vendas, em R\$;

D = Despesas de Materiais e Serviços, em R\$;

I = Impostos e Encargos Sociais, em R\$;

C = Consumo de energia elétrica e água/esgoto, em R\$;

Le = Locação do espaço de uso pelo cessionário, em R\$; e

L = Lucro líquido do cessionário. Percentual calculado sobre o somatório de (D + I + C + Le).

Os valores usuais para a estimativa de lucro líquido praticados no mercado atual, são:

- Setor de serviços: Lucro líquido entre 20% e 32%;
- Setor Industrial: Lucro Líquido em média de 4%; e
- Setor de Vendas: Lucro Líquido em média de 8%.

Tendo em vista que o empreendimento é do ramo de vendas (Cantina), será atribuído o Lucro de **10%** sobre todos os gastos da empresa.

Assim, temos o seguinte modelo para a cantina do CMM:

$$R\$ 296.609,98 = [R\$ 240.236,12 + R\$ 32.189,07 + (R\$ 455,99 + R\$ 1.757,69)] * (1 + 8\%)$$

6.1.4 CÁLCULO DO VALOR MENSAL PARA A CESSÃO DE USO

Assim, após a montagem do modelo do empreendimento, podemos identificar os custos que comporão o VALOR MENSAL PARA A CESSÃO DE USO, ou seja, a parcela referente à locação do espaço físico e a parcela resultante do consumo de energia elétrica e água/esgoto.

$$VCUAA = Le + C$$

Onde,

VCUAA = Valor da Cessão de Uso para Atividade de Apoio;

Le = Locação do espaço de uso do cessionário, em R\$; e

C = Consumo de energia elétrica e água/esgoto, em R\$;

Assim temos:

$$VCUAA = R\$ 1.757,69 + R\$ 455,99$$

$$\mathbf{VCUAA = R\$ 2.213,68 /mês}$$

Sendo: **Valor da Locação mensal do Espaço Físico pelo cessionário = R\$ 1.757,69**

Valor do consumo mensal com energia elétrica e água/esgoto = R\$ 455,99

6.1.5 ESPECIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO

As Atividades de Apoio à Organizações militares não se enquadram em nenhuma das atividades descritas no item 5.1.2 da ABNT NBR 14.653-4. Desta forma, como as especificações quanto à **fundamentação** e **precisão** não são previstas na NBR 14.653-2 para o Método da Renda, **estas especificações não serão classificadas no presente Laudo.**

7. RESULTADO DA AVALIAÇÃO E DATA-BASE (DATA DE REFERÊNCIA)

Grau de fundamentação: **não se aplica;**

Grau de precisão: **não se aplica;**

Valor Mensal para a Cessão de Uso: R\$ 2.213,68 /mês (Dois mil duzentos e treze reais e sessenta e oito centavos).

Data de referência: **05 de novembro de 2025.**

Validade do Laudo: 12 (doze) meses.

8. QUALIFICAÇÃO LEGAL COMPLETA DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO

TEN OTT RICARDO CHAGAS TOLENTINO – Engenheiro Civil, CREA 942608PA. Engenheiro Avaliador capacitado para realizar avaliações de imóveis da União jurisdictionados ao Comando do Exército.

9. DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA

O presente trabalho foi elaborado de acordo com as normas abaixo descritas:

- NBR 14.653-1/2001 - Avaliação de Bens. Parte 1: Procedimentos Gerais.
- NBR 14.653-2/2011 - Avaliação de Bens. Parte 2: Imóveis Urbanos.

- NBR 14.653-4/2002 – Avaliação de Bens. Parte 4: Empreendimentos
- Instrução Normativa/Secretaria do Patrimônio da União, IN/SPU Nº 02, de 2 de maio de 2017. Dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

ANEXO I – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO IMÓVEL AVALIANDO

ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA AO IMÓVEL

ANEXO V – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (A.R.T.)

Marabá-PA, 05 de novembro de 2025

RICARDO CHAGAS TOLENTINO - TEN OTT

Engº Civil - 942608PA
Avaliador de Imóveis da União

ANEXO I - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO IMÓVEL



Figura 1 – Fachada principal



Figura 2 – Praça de alimentação da cantina



Figura 3 – Praça de alimentação da cantina



Figura 4 - Interior da cantina



Figura 5 – Teto da cantina



Figura 6 - Interior da cantina

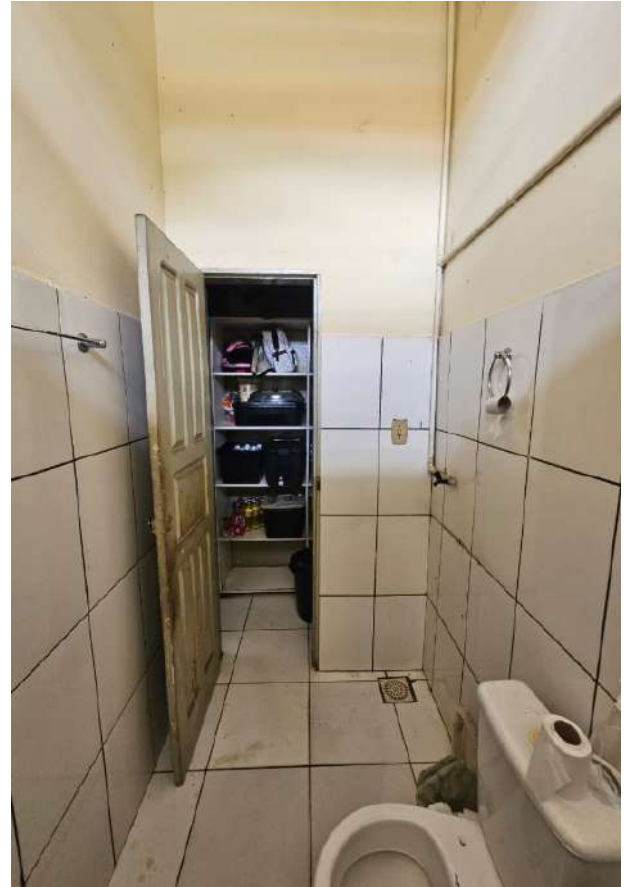
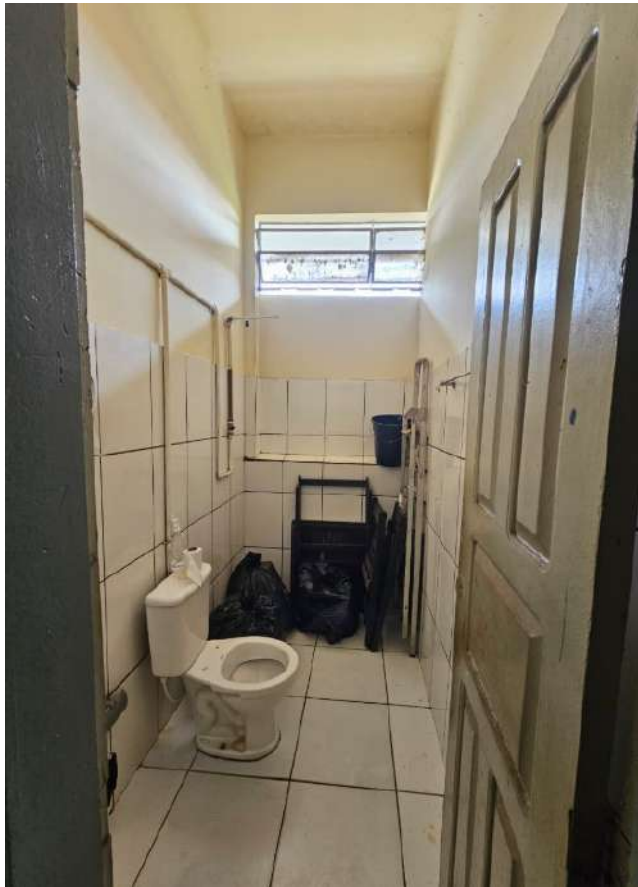


Figura 7 – Banheiro da cantina

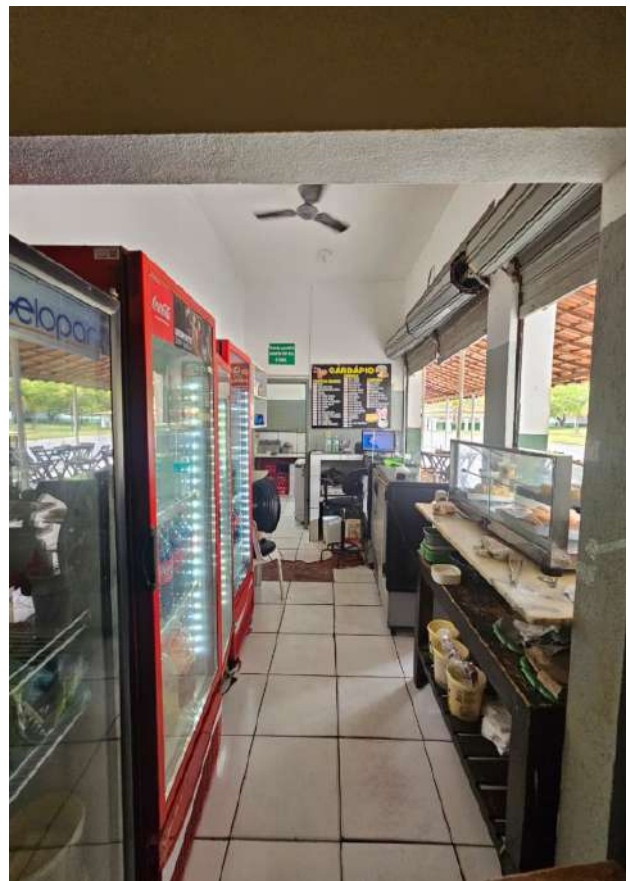


Figura 8 – Área de atendimento da cantina

ANEXO II - DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA AO IMÓVEL



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
52º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(2º Batalhão de Infantaria de Selva/1969)
BATALHÃO CAPITÃO-MOR CALDEIRA CASTELO BRANCO

DIEEx nº 3301-Fisc Adm/SCmt Btl/Cmt Btl
EB: 64120.005724/2025-22

URGENTÍSSIMO

Marabá, PA, 27 de outubro de 2025.

Do Comandante do 52º Batalhão de Infantaria de Selva

Ao Sr Chefe do Estado-Maior da 23ª Brigada de Infantaria de Selva

Assunto: solicitação de laudo de avaliação de área - RESPOSTA

Referências:

a) DIEEx nº 4857-Pjt Obra/Base Adm/23ª Bda, de 10 SET 25.

Anexos:

- 1) 1 - CONTROLE DE PESSOAL_ MAPA DA FORÇA.pdf;
- 2) 2 - TRA 2024 52º BIS .pdf;
- 3) 3 - 2º Termo aditivo_Cantina - 52º BIS_Prorrogação de prazo.pdf;
- 4) 4 - Despesas_Danaassinado.pdf;
- 5) 5 - Contrato Cantina.pdf;
- 6) 6 - Fatura BIS setembro.pdf;
- 7) 7 - PP DT.pdf;
- 8) 8 - PP Dana.pdf;
- 9) 9 - PP Barredos.PDF; e
- 10) 10 - Lista de itens.pdf.

1. Em atenção ao DIEEx referenciado, encaminho, em anexo, a documentação solicitada para subsidiar a elaboração do Laudo de Avaliação referente à cessão de uso da cantina deste Batalhão.

2. Ademais, o percentual médio de utilização da cantina, estimado em 55% do efetivo previsto no Quadro de Cargos Previstos (QCP), justifica-se em razão da natureza das atividades desempenhadas pelo efetivo do 52º BIS. Parte considerável do contingente encontra-se, com frequência, empenhada em instruções, missões operacionais e demais atividades externas, o que reduz a presença diária na OM e, conseqüentemente, o uso regular da cantina. Assim, o percentual indicado reflete a média real de utilização observada ao longo do período recente, considerando as rotinas administrativas e operacionais da Unidade.

3. Ressalto que todos os documentos foram revisados e conferem com as orientações fornecidas pela Gestão de Obras Militares (GOM) dessa Brigada. Acrescento, ainda, que,

conforme contato mantido com a Ten Durval, Tesoureira da 23ª Bda Inf SI, o pagamento do boleto referente à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) será providenciado por intermédio daquela Seção.

4. Por fim, para eventuais esclarecimentos, coloco à disposição o 2º Sgt Calabrez, Auxiliar da Fiscalização Administrativa, pelo telefone (21) 97000-5147.

LUIS HENRIQUE CETRANGOLO DÓREA - Cel
Comandante do 52º Batalhão de Infantaria de Selva

**"OITENTA ANOS DAS VITÓRIAS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA:
HERÓIS SEMPRE LEMBRADOS!"**



Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **TC JOSÉ JOSAMAR DE LIMA JÚNIOR**, em 27/10/2025, às 15:39 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

IfhK-mYKN-RkAh-sG4G

MAPA DA FORÇA																	
	Cel	TC	Maj	Cap	1º Ten	2º Ten	Asp	ST	1º Sgt	2º Sgt	3º Sgt	Al	Cb EP	Cb EV	Sd EP	Sd EV	Total
QCP	1	0	3	8	17	10	0	8	4	25	73	0	128	31	279	119	706
EXISTENTE	1	1	1	7	12	12	1	7	6	43	53	31	84	0	277	159	695
Não pronto	0	0	0	3	8	3	0	0	2	16	21	2	14	0	51	9	129
pronto	1	1	1	4	4	9	1	7	4	27	32	29	70	0	226	150	566
SITUAÇÃO DE ADIDOS/REINTEGRADOS E ENCOSTADOS																	
	Cel	TC	Maj	Cap	1º Ten	2º Ten	Asp	ST	1º Sgt	2º Sgt	3º Sgt	Al	Cb EP	Cb EV	Sd EP	Sd EV	Total
ADIDO												1					1
REINTEGRADO															1		1
ENCOSTADO													2		3	2	7
PUNIDOS																	
COMPANHIA		PUNIÇÃO		DIAS		INÍCIO		TÉRMINO		P LIBERD							
Sd Ev 2ª Cia		DETIDO		7		12/09/25		18/09/25		19/09/25							
Sd Ev 2ª Cia		DETIDO		7		12/09/25		18/09/25		19/09/25							
Sd Ev 2ª Cia		DETIDO		7		12/09/25		18/09/25		19/09/25							



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
52º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(2º Batalhão de Infantaria de Selva/1969)
BATALHÃO CAPITÃO-MOR CALDEIRA CASTELO BRANCO

(52)

TERMO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA SOBRE IMÓVEL:

52º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

1. INTRODUÇÃO

Aos treze dias do mês de março de 2024, com base na declaração de Situação Patrimonial, publicada no Aditamento nº 05/2024 - Fisc Adm, ao Boletim Interno nº 35, de 21 de fevereiro de 2024, e examinando os aspectos documental e físico do imóvel cadastrado sob o número PA 08-0028, distribuído a esta Organização Militar, constatei o seguinte:

a. Endereço, Limites, Área

1) **Endereço:** situado ao lado direito da Rodovia Transamazônica, KM 09, no município de Marabá-PA.

2) **Área do imóvel:** 8.602.000,00 m²

3) **Área ocupada pela OM:** 450.000,00 m²

4) **Limites:** Partindo de um ponto situado no lado direito da Rodovia Transamazônica, no sentido de quem vem para a cidade de Marabá, do Km 10, menos 550 m, encontra-se o marco de cimento M-3; do marco M-3 com o rumo 15º NE, mede-se o alinhamento de 3.761 m, confinando com terrenos ocupados por Miguel Gomes da Silva, até encontrar-se o marco de concreto M-4; do marco M-4, com o rumo 88º30'NO, mede-se o alinhamento de 2.560 m, confinando com o Rio Tocantins, até se encontrar o marco de concreto M-5, do marco de concreto M-5 com o rumo 15º SO, mede-se o alinhamento de 3.150 m, confinando com terrenos ocupados por Almir de Moraes e Alzira Mutran, até se encontrar o marco de concreto M-6; do marco M-6 com o rumo 75ºSE, mede-se o alinhamento de 2.500 m, confinando com a Rodovia Transamazônica, até se encontrar o marco M-3, início da presente demarcação, fechando um polígono de forma trapezoidal retangular, contendo uma área de 8.602.000,00 m².

b. Documentação Básica

1) **Título de Transferência (TT):** Escritura pública de doação feita pela Prefeitura Municipal de Marabá-PA, lavrada em 15 de maio de 1974, no livro 30, Fls 146 a 147, do Cartório do 1º Ofício de Notas de Marabá-PA.

2) **Título de Propriedade (TP):** Nr 2.300, Lv 3.1, Fl 277, em 15 Mai 74 do Cartório do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Marabá-PA.

3) **Termo de Entrega e Recebimento (TER):** Lavrada as fls nº 55 a 57, do Livro nº 09, de 17 SET 18, da SPU/PA.

c. Documentação Complementar

1) **Planta do Imóvel:**

- Encontra-se arquivada na Fiscalização Administrativa, datada de 13 de agosto de 1974.

2) **Plantas das Benfeitorias:**

- Encontram-se arquivadas na Fiscalização Administrativa.

3) Plano Diretor:

- O Plano encontra-se arquivado na Fiscalização Administrativa.

4) Termo de Exame, Recebimento e Entrega de Obras (TERREO):

a) Em 28 de Novembro de 1974, foram examinadas, recebidas e entregues as seguintes benfeitorias construídas pelo 2º DRF/DNER:

- Pavilhão do Corpo da Guarda e Xadrez;
- Pavilhão de Comando e Administração;
- Três Pavilhões das Companhias de Fuzileiros;
- Pavilhão da Companhia de Comando e Apoio;
- Três Pavilhões das Garagens das Companhias de Fuzileiros;
- Pavilhão da Garagem da Companhia de Comando e Apoio;
- Pavilhão da Enfermaria;
- Pavilhão da Barbearia, Fotógrafo e Cantina (antiga Estação Rádio Transceptora);
- Pavilhão do Almoxarifado e Depósito de Gêneros;
- Pavilhão da Garagem e Oficina;
- Pavilhão do Rancho, Cozinha, Padaria e Alojamento;
- Pavilhão da Casa de Força;
- Pavilhão do Posto de Lavagem, Lubrificação e Rampa;
- Pavilhão do Posto de Abastecimento de Combustível;
- Rampa de Lavagem e Lubrificação;
- Reservatório de Água Potável, tipo "Castelo D' água", Cap. 50.000 litros;
- Rede de distribuição de Energia Elétrica;
- Rede de distribuição de Água Potável;
- Rede de distribuição de Águas Pluviais;
- Rede de distribuição de Esgotos e Sanitários;
- Urbanização;
- Equipamentos de Rancho e Cozinha;
- Aquisição e instalação de Câmaras Frigoríficas;
- Aquisição e instalação de 02 (dois) Grupos Geradores;
- Depósito de Munição; e
- Alojamento de Cb/Sd da Base Administrativa.

b) Residência de Oficial Superior, Termo de Entrega datado de 17 de outubro de 1978;

c) Ampliação do Sistema de Abastecimento D'água, Termo de Entrega datado de 20 de agosto de 1978;

d) Estande de Tiro, Termo de Entrega datado de 16 de Janeiro de 1979;

d. Destinação

1) Uso em Finalidade Militar:

- O imóvel está destinado ao uso como Organização Militar.

2) Uso em Finalidade Complementar:

- Cessão de uso para exercício de atividade de apoio concedida à empresa DANA COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, representada pelo Sr TERCIO LOURENÇO COSTA para exploração de SERVIÇOS DE BARBEARIA, em uma área de 17,07m2, com valor mensal de R\$ 778,19 (setecentos e setenta e oito reais e dezenove

centavos), sendo R\$ 614,39 do valor da cessão de uso e 163,80 para cusear as despesas com energia/água/esgoto, com vigência do contrato de 20/10/2022 até 20/10/2024;

- Cessão de uso para exercício de atividade de apoio concedido à empresa DANA COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME, representada pela Sra ANA BEATRIZ LOURENÇO COSTA, para funcionamento de uma CANTINA, em uma área de 46,96 m², com valor mensal de R\$ 1.710,00 (um mil setecentos e dez reais), com vigência do contrato de 14/01/2023 à 13/01/2025; e

- Cessão de uso para exercício de atividade de apoio concedido à empresa BAIER DOS SANTOS E CIA LTDA, representada pela Sra LIANE BAIER DOS SANTOS, para funcionamento de uma ALFAIATARIA, em uma área de 34,04 m², com valor mensal de R\$ R\$ 1.073,55 (um mil e setenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) com acréscimo do valor gasto a título de energia elétrica, com vigência do contrato de 11/03/2023 à 11/03/2024.

e. Benfeitorias

1) Instalações Esportivas:

- Quadra de Esportes para 1ª Cia Fuz SI, com área construída de 677,89 m²;
- Quadra de Esportes para 2ª Cia Fuz SI, com área construída de 677,89 m²;
- Quadra de Esportes para 3ª Cia Fuz SI, com área construída de 677,89 m²;
- Quadra de Esportes para Cia C Ap, com área construída de 677,89 m²;
- Pista de Treinamento de Circuito construída em alvenaria com 06 linhas de 10 aparelhos, com uma área construída de 734,00 m²;
- Campo de Futebol com Pista de Atletismo, localizado a “SE” do Batalhão;
- Piscina, com calçada e casa de máquinas, localizada a “W” do Batalhão, com uma área construída de 810,00 m²;
- Campo de Futebol Society, localizado a “N” do Batalhão;

2) Instalações para alojamento:

- Pavilhão do Corpo da Guarda do Paio;
- Alojamento de St/Sgt da Base Administrativa, em alvenaria, com uma área construída de 135,00 m²; e
- Alojamento para visitantes, em alvenaria com uma área construída de 448,10 m².
- Alojamento dos Cb/Sd da Base Administrativa, com área construída de 226,05 m²;

3) Outros:

- Heliporto com estrutura e alvenaria em tijolo e concreto com 10 m de diâmetro;
- Uma guarita, em alvenaria, localizada na frente do batalhão, a “L”, com uma área construída de 4,26 m²;
- Uma guarita, em alvenaria, localizada na frente do batalhão, a “W”, com uma área construída de 4,26 m²;
- Uma Pista de Cordas, confeccionada com trilhos de trem e com obstáculos, localizada a “W” do Batalhão;
- Uma Pista de Combate à Localidade, em alvenaria, localizada a “W” do Batalhão;
- Pista de treinamento para Op GLO “ Bom Bagay”, localizada a “W” do Batalhão;
- Pista de Pentatlo Militar em alvenaria com 500 m de extensão, localizada na frente do Batalhão;
- Tapiri (O Pioneiro), piso em concreto, estrutura de madeira e teto em telha de amianto, localizado a “W” do Batalhão;
- Pavilhão dos Cessionários: Cantina, Barbearia, Alfaiataria, Sala do Oratório do Sd.

- Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva com 348 m² contendo (12) ambientes, as quais são, PC Instr Ch, STE, Sala dos Instrutores, Sala de aula, Sargenteação, Aloj Oficiais, Aloj ST/Sgt, Aloj Alunos, Aloj Cb/Sd, Depósito do Enc Mat, Sala de Meios, Copa.

- Pavilhão da antiga Base Adm, em alvenaria, com uma área construída de 408 m², contendo (5) ambientes, as quais são, PC Cmt SU, Furriel, Depósito do Enc Mat, Sargenteação, Aloj ST/Sgt;

- Pelotão de Obras, com área construída de 81,81 m²;

- Palanque para formaturas, em alvenaria, com área construída de 54,72m²;

- Tapiri da mística, com área construída de 1,510 m²; e

- Ampliação do Pavilhão do Racho: padaria e alojamento, área construída de 127,20 m².

4) Cercamento:

- Parcialmente cercado por muros pré-fabricados e arame farpado:

a) Um cercamento de arame farpado com 05 (cinco) fios e postes de concreto, destinado a delimitar a área frontal da OM, totalizando 500 (quinhentos) metros;

b) Um cercamento de arame liso, com 05 (cinco) fios e postes de concreto, destinado a delimitar o início das duas laterais da OM, totalizando 1.800 (mil e oitocentos) metros.

f. Servidões

- 01 (uma) Linha de Alta Tensão.

Obs: A documentação referente à servidão não foi encontrada e estão sendo feitas consultas junto aos Órgãos competentes.

g. Processos

1) Administrativos: Não há.

2) Judiciais: Não há.


h. Observações

- No dia 17 MAR 21, foi enviado o DIEx nº 193-Fisc Adm/S Cmt Btl/Cmt Btl - CIRCULAR para a 8ª RM, a fim de que fosse atualizado o PDOM do 52º BIS. Contudo, até a presente data, as divergências informadas não foram modificadas no PDOM.

2. DECLARAÇÃO

Após percorrer o imóvel, tendo encontrado tudo de acordo com a Declaração de Situação Patrimonial, lavro o presente Termo de Responsabilidade Administrativa (TRA), assumindo a responsabilidade pela preservação dos bens imóveis da União a mim confiado.

Quartel em Marabá - PA, 13 de março de 2024.


LUIS HENRIQUE CENTRANGO DÓREA – Ten Cel
Cmt do 52º BIS



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
23ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Brigada Marechal Soares de Andréa)**

**2º TERMO ADITIVO
(Cantina 52º BIS)**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
1/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DA 23ª BRIGADA DE
INFANTARIA DE SELVA E A EMPRESA
DANA COMERCIO SERVIÇOS E
REPRESENTAÇÃO LTDA (CESSÃO DE
USO CANTINA CIA DO 52º BIS).**

A União, por intermédio do Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede na Folha 23, Quadra Especial, S/N, Nova Marabá, Marabá/PA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.614.516/0001-09, neste ato representada pelo Senhor Tenente Coronel GUILHERME AUGUSTO DE FELITO LOPES, Ordenador de Despesas, nomeado para a função conforme preconiza o inciso XLIX do Art 21, da Port nº 816, de 19 DEZ 03, do Cmt Ex, doravante denominado **CEDENTE**, e a empresa **DANA COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.148.623/0001-83, sediada na Av Tancredo Neves, s/n, Goianésia do Pará/PA, CEP 68639-970, doravante designada **CESSIONÁRIA**, neste ato representada pela Sra ANA BEATRIZ LOURENÇO COSTA, tendo em vista o que consta no Processo nº 64120.00505/2020-42 e em observância às disposições da Lei nº 8.666/93, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e da Portaria DEC 200/2020, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo, decorrente do Contrato nº 1/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é:

1.1.1. **PRORROGAR** o prazo da vigência do Contrato nº 01/2021 **CESSÃO DE USO CANTINA do 52º BIS**, por 24 (vinte e quatro) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 14/1/2025 a 14/1/2026, nos termos do inciso II, art. 57, da Lei nº 8.666/93 e do § 2º, art. 24, Portaria DEC C/ Ex 200/20.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1. O valor mensal da contratação, conforme o índice INPC do período considerado, passa a ser de R\$ 2.167,46 (sendo R\$ 1.664,63 o valor da Cessão de uso e R\$ 502,83 para custear as despesas com energia-água/esgoto).

2.2. O valor atualizado dos itens à venda que compõem a Tabela da cláusula 1 do Termo de contrato, foram corrigidos pelo fiscal do contrato no índice INPC, conforme previsto no item 6.2. do contrato 1/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - RATIFICAÇÃO

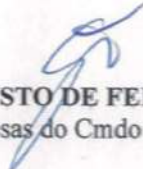
3.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA - PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com o prescrito no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

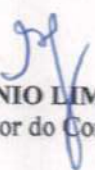
Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo vai assinado pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem, e por duas testemunhas.

Marabá-PA, 13 de janeiro de 2025.


GUILHERME AUGUSTO DE FELITO LOPES - TC
Ordenador de Despesas do Cmdo da 23ª Bda Inf SI


ANA BEATRIZ LOURENÇO COSTA
Sócia Proprietária

TESTEMUNHAS:


MARCOS ANTÔNIO LIMA FILHO - 2º Ten
Gestor do Contrato


MADSON GABRIEL GALDINO MILHOMEM DA SILVA - 3º Sgt
Fiscal do Contrato



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
52º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
BATALHÃO CAPITÃO-MOR CALDEIRA CASTELO BRANCO

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 01/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO 52º BATALHÃO DE
INFANTARIA DE SELVA E A EMPRESA DANA
COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA-
ME, CNPJ: 15.148.623/0001-83

A União, por intermédio do 52º Batalhão de Infantaria de Selva, com sede na Rodovia Transamazônica – Km 08, na cidade de Marabá, inscrito no CNPJ sob o nº 10.307.203/0001-89, neste ato representado pelo **Maj RAFAEL RODRIGO MIALARETE DA SILVA**, nomeado pelo Boletim Interno nº 147 de 6 de agosto de 2019, inscrito no CPF sob o nº 044.154.386-36 portador da Carteira de Identidade nº 0130916646 doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **DANA COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 11.625.663/0001-18, sediado(a) na Travessa SN 21 Conj Cidade Nova VI, 1271 – letra C – Coqueiro, CEP 67.143-810, Ananideua – PA, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Sra. **ANA BEATRIZ LOURENÇO COSTA**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 4049610, expedida pela (o) SSP/PA, e CPF nº 518.142.932-72, tendo em vista o que consta no Processo nº 64120.000505/2020-42 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 003/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços referentes ao funcionamento de uma cantina (atividade de apoio), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR
1	Salgados Assados min 150 g	Un	R\$ 3,65
2	Salgados Fritos min 150 g	Un	R\$ 3,65
3	Sanduiche Simples (pão de forma, queijo e presunto)	Un	R\$ 2,50
4	Sanduiche Completo (pão de forma, hambúrguer, alface e tomate)	Un	R\$ 4,31
5	Sanduiche Misto Quente (pão francês, ovo, queijo e presunto)	Un	R\$ 3,85
6	Café com leite 300 ml	Un	R\$ 2,66
7	Refrigerante lata 350 ml	Un	R\$ 3,67
8	Refrigerante 2 L	Un	R\$ 8,19
9	Suco Natural 300 ml	Un	R\$ 3,23
10	Vitaminas de Frutas 300 ml	Un	R\$ 3,56
11	Pão de queijo min 70g	Un	R\$ 2,55
12	Guaraná da Amazônia com adiconais 400 ml	Un	R\$ 6,93
13	Pizza min 70 g	Un	R\$ 3,17
14	Lazanha min 450 g	Un	R\$ 7,75
15	Salada de Frutas min 300 ml	Un	R\$ 5,84
16	Prato Fitness (frango desfiado, ovo, queijo, chia, tomate e alface) min 300 g	Un	R\$ 5,21
17	Água Mineral sem gás 500 ml	Un	R\$ 2,50

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 24 meses, com início na data de 14/01/2021 e encerramento em 13/01/2023, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa do CESSIONÁRIO informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o CESSIONÁRIO mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 1.710,00 (mil setecentos e dez reais), perfazendo o valor total de R\$ 20.520,00 (vinte mil quinhentos e vinte reais) anuais, o qual será recolhido, mediante Guia de

Recolhimento da União – GRU. Esse valor já inclui as despesas com água e energia elétrica.

3.2. Poderá ter desconto de até 40% (quarenta por cento), a critério da(o) cessionária(o), nos meses de dezembro a março, haja vista a diminuição da receita nesse período em virtude do licenciamento do efetivo variável de soldados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Não haverá para o Comando do 52º BIS, despesa decorrente da execução do objeto deste contrato.

4.2. O contrato de cessão de uso da área não será custeado com recursos do Orçamento Geral da União, mas, sim, com receitas obtidas pela CESSIONÁRIA.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento do valor da contrapartida deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente. O futuro Cessionário deverá entregar cópia do comprovante de pagamento ao Fiscal de Contrato do 52º BIS, até o 5º (quinto) dia útil, após o efetivo pagamento.

5.2. O pagamento será devido, a partir da data da assinatura do contrato até a data do recebimento definitivo do objeto, com a consequente lavratura do Termo de Vistoria para Ocupação.

5.3. O pagamento após o vencimento será acrescido de multa de 02% (dois por cento) do valor mensal, e juros moratórios de 0,5% (um por cento) ao mês, sobre o valor atrasado.

5.4. O atraso no pagamento ou mensalidade ou taxa em período superior a 90 (noventa) dias ensejará a imediata revogação da Cessão de Uso, independente de notificação judicial ou extrajudicial, com imediata desocupação do espaço físico, pela cessionária.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. O preço consignado no CONTRATO DE CESSÃO DE USO será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano contado a partir da data da sua assinatura, pela variação apurada do INPC/IBGE.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS BENFEITORIAS E BENS MÓVEIS PERMANENTES

15.1. As benfeitorias e os bens móveis permanentes já existentes no local, pertencentes à CEDENTE, poderão ser usados pela CESSIONARIA, desde que não desvirtuada sua finalidade, observada a conservação, respeitado o seu aspecto arquitetônico e estrutural, devendo ser restituídos, ao final do prazo

contratual, em condições de uso idênticas às da época do recebimento, ressalvada a deterioração pelo tempo ou pelo longo uso em serviço e as modificações consentidas.

15.2. As benfeitorias úteis, necessárias e voluptuárias que venham a ser erigidas pela CESSIONÁRIA no imóvel somente se processarão mediante expresse consentimento da CEDENTE e, quando permanentes, incorporar-se-ão, ao patrimônio do 52º BIS, sem que assista a CESSIONÁRIA o direito de retenção ou de reclamar indenização a qualquer título.

15.3. Caberá indenização às benfeitorias necessárias, na forma do Art.96 do Código Civil, bem como às de natureza permanente, realizadas de acordo com o Art. 6º, quando o contrato for rescindido por interesse da Administração, a qual será calculada da seguinte fórmula:

Indenização = (A/B) x C, sendo:

A = valor dos recursos efetivamente aplicados, em moeda corrente;

B = número de meses correspondentes ao prazo do contrato; e

C = número de meses faltantes para o término do contrato.

15.3.1. Para permitir o cálculo da indenização de que trata o subitem anterior, obriga-se a CESSIONÁRIA a comprovar perante a OM administradora, no ato da conclusão das benfeitorias, o montante efetivamente aplicado.

15.4. As benfeitorias de natureza permanente, bem como aquelas que ocasionem alteração patrimonial, somente serão autorizadas depois de submetidas à aprovação do Comandante do 52º BIS.

15.4.1. A solicitação pela CESSIONÁRIA de reforma e/ou construção de quaisquer benfeitorias, deverá ser acompanhada de projeto básico e/ ou executivo do serviço pretendido.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Marabá - PA - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Marabá, 1º de dezembro de 2020


RAFAEL RODRIGO MIALARETE DA SILVA - Maj
Ordenador de Despesas do 52º BIS


ANA BEATRIZ LOURENÇO COSTA
Representante Legal da Contratada

TESTEMUNHAS:


MARCEL SIQUEIRA BURLAMAQUI – 2º Sgt
Fiscal de contrato


JOÃO CARLOS GONÇALVES LOMBELLO – 2º Sgt
Fiscal de contrato substituto

Classificação: Poder Público Federal - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA - FEDERAL		Tipo de Fornecimento: TRIFÁSICO	
Tensão Nominal Disp: 13.800 Lim Min: 12.834 V Lim Max: 14.490 V Tipo de Tarifa: A4_VD			
52 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA INSTALAÇÃO: 26352 CNPJ: **.***.203/000-**- LT LOTE DE TERRAS , 34 , KM 08 CEP: 68500-001 NOVA MARABA - MARABA - PA			
FATOR DE POTÊNCIA: 0,87319120		Parceiro de Negócio 103373379	
		Conta Contrato 26352	
Conta Mês 09/2025	Vencimento 24/10/2025	Total a Pagar R\$ 45.369,21	

Data das Leituras	Leitura Anterior 31/08/2025	Leitura Atual 30/09/2025	Nº de Dias 30	Próxima Leitura 31/10/2025
-------------------	--------------------------------	-----------------------------	------------------	-------------------------------



NOTA FISCAL Nº 141224718 - SÉRIE 000 /
DATA DE EMISSÃO: 30/09/2025
Consulte pela Chave de Acesso em:
<https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/NFE/Consulta>
chave de acesso:
15250904895728000180660001412247181050643535
Protocolo de autorização: 3152500028497976 -
01/10/2025 às 15:43:40

INFORMAÇÕES PARA O CLIENTE			
• Períodos: Band. Tarif.: Vermelha : 01/09 - 30/09			

Ítems de Fatura	Quant.	Preço Unit.(R\$) com Tributos	Tarifa Unit.(R\$)	PIS/ COFINS(R\$)	ICMS (R\$)	Valor(R\$)	Tributo	Base(R\$)	Aliquota(%)	Valor(R\$)
Consumo Ponta (kWh)	3.494,77	3,861490	3,021150	372,73	2.564,05	13.495,02	ICMS	47.560,50	19,0000	9.036,50
Consumo Fora Ponta (kWh)	39.017,16	0,537832	0,420790	579,57	3.987,09	20.984,68	PIS	39.493,41	0,6073	239,84
Demanda Ativa Isenta de ICMS (kW)	20,90	46,383254	44,810000	33,06	0,00	969,41	COFINS	39.493,41	2,8025	1.106,79
Demanda Ativa (kW)	139,10	57,275557	44,810000	220,04	1.513,74	7.967,03				
Consumo Reativo Excedente NP (kVAr)	130,24	0,365709	0,286220	1,31	9,05	47,63				
Consumo Reativo Excedente FP (kVAr)	2.148,67	0,365831	0,286220	21,71	149,35	786,05				
Adicional Bandeira				118,21	813,22	4.280,09				

Grandezas Contratadas			
Demanda Contratada Única (kW): 160,00			
Demanda Contratada Ponta (kW):			
Demanda Contratada Fora Ponta (kW):			
Dem. Reserva Cap. Única (kW):			
Dem. Reserva Cap. Fora Ponta (kW):			
Dem. Reserva Cap. Ponta (kW):			
Dem. de Geração (kW):			
Dem. de Dist. Única (kW):			
Dem. de Dist. De Ponta (kW):			
Dem. de Dist. Fora Ponta (kW):			

ITENS FINANCEIROS		
Tributo a Reter IRPJ		904,07-
Tributo a Reter CSLL		485,29-
Tributo a Reter PIS		315,45-
Tributo a Reter COFINS		1.455,89-

Medidor	Grandeza	Posto Horário	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo
14131422	Consumo Fora Ponta	Consumo Ativo FP Reg	159.038.683	159.967.663	0,0420	39.017,16 kWh
14131422	Consumo Ponta	Consumo Ativo NP Reg	15.015.375	15.098.584	0,0420	3.494,77 kWh
14131422	Demanda Fora Ponta	Demanda Ativa FP Reg	0	828	0,1680	139,10 kW
14131422	Demanda Ponta	Demanda Ativa NP Reg	0	515	0,1680	86,52 kW
14131422	Dem. Reat. Exced. FP.	Demanda DMCR FP Reg	0	3.227	0,0420	135,53 kVAr
14131422	Dem. Reat. Exced. Pta	Demanda DMCR NP Reg	0	1.904	0,0420	79,96 kVAr
14131422	Reat. Exced. F. Ponta	Consumo Reativo Exced FP Reg	9.088.188	9.139.347	0,0420	2.148,67 kVAr
14131422	Reat. Exced. Ponta	Consumo Reativo Exced NP Reg	1.250.517	1.253.618	0,0420	130,24 kVAr

Reservado ao Fisco	
3BC6.D216.FB6D.877B.940A.86FC.205F.C55B	

Informações sobre Consumo	Apresentação
Consumo Médio Diário (kWh): 1.417,06	01/10/2025
Média dos 12 meses (kWh): 38.136,72	
Dem. Máx. F. Ponta (kW): 139,10	
Dem. Máx. Ponta (kW): 86,52	

Resolução ANEEL	
3507/25	

Incidirão sobre a conta paga após o vencimento multa de 2%, juros de mora de 0,0333% ao dia (conf. Lei 10.438/02) e atualização monetária com base no IPCA a serem incluídos na próxima fatura.

REAVISO DE VENCIMENTO	
------------------------------	--

BANCO DO BRASIL		001-9 00190.00009 03373.384100 61855.873172 4 00000004536921		Pague através do PIX. É mais facilidade pra você.	
LOCAL DE PAGAMENTO		VENCIMENTO		24.10.2025	
PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL		AGÊNCIA/CÓDIGO BENEFICIÁRIO			
BENEFICIÁRIO		INSTALAÇÃO		REFERÊNCIA	
EQUATORIAL PARÁ DISTRIB. DE ENERGIA S.A.		26352		09/2025	
DATA DOCUMENTO	NÚMERO DE REFERÊNCIA	ESPECIE DOCUMENTO	ACEITE	DATA PROCESSAMENTO	NOSSO NÚMERO
01.10.2025	0202509141224718	DM	N	30.09.2025	33733841061855873
USO DO BANCO	CARTEIRA	ESPECIE MOEDA	QUANTIDADE	VALOR	(-) VALOR DOCUMENTO
	17	R\$			45.369,21
INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO PAGÁVEL EM TODAS AS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. EM CASO DE ATRASO, MULTAS, JUROS E CORREÇÃO SERÃO COBRADOS NA PRÓXIMA FATURA.					(-) DESCONTO ABATIMENTO
NOME DO PAGADOR/CPF/CNPJ/ENDEREÇO 52 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA 10.307.203/0001-89					(-) OUTRAS DEDUÇÕES
					(+) MULTA
					(+) OUTROS ACRESCIMOS
					(=) VALOR COBRADO



Ficha de Compensação



ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES

0800 280 3216

ATENDIMENTO GRATUITO 24H



Se preferir, entre em contato conosco via internet:
grandescientes.para@equatorialenergia.com.br
www.equatorialenergia.com.br

Ouvidoria Equatorial Pará: 0800 091 8500.
Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis
de segunda a sexta, das 08h às 18h

As informações sobre as condições de fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados,
tributos e informações complementares encontram-se disponíveis para consulta nas
Agências de Atendimento e na área reservada ao consumidor no site da Equatorial Pará.

ARCON-PA: 0800 727 0167
Ligação gratuita de telefones fixos.

**Agência Nacional de
Energia Elétrica (ANEEL) 167.**
Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis.

Informações ao cliente

1. Energia elétrica oferece perigo. Para mexer nas instalações, procure sempre um eletricista. 2. É de inteira responsabilidade do cliente, a qualquer tempo, a atualização cadastral da Conta Contrato e adequação técnica e de segurança das instalações elétricas, conforme normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro) e das normas e padrões do concessionário postos à disposição do interessado. 3. As informações sobre as condições de fornecimento, tarifa, produtos, serviços prestados e tributos, encontram-se à disposição em nossas agências ou no site da Aneel, www.aneel.gov.br. 4. Teleatendimento: das 8h às 18h para solicitações de serviços comerciais e 24h para informações sobre falha no sistema elétrico.

O pagamento da conta de luz:

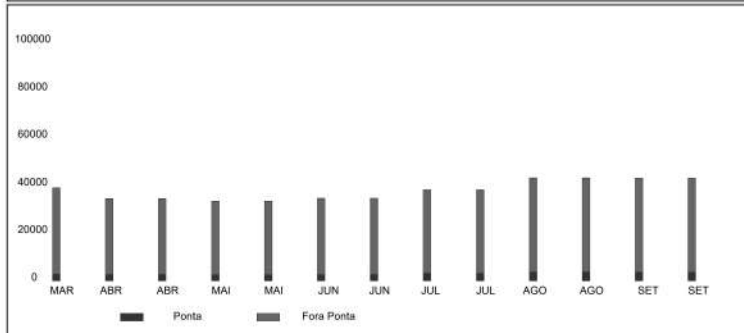
Esta conta pode ser paga em qualquer local credenciado.
Procure o mais próximo de você.
Esta fatura não pode ser paga com cheque.
Autorize o débito automático em conta corrente de sua conta de luz. É muito mais cômodo, fácil e seguro.
Caso não efetue o pagamento de sua conta de luz, após o 15º dia do vencimento, você estará sujeito à suspensão do fornecimento de energia e inclusão nos órgãos de proteção ao crédito.

É direito do consumidor ou da central geradora de solicitar à distribuidora o detalhamento da apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC E DICRI a qualquer tempo.

É direito do consumidor ou da central geradora de receber uma compensação, caso sejam violados os limites de continuidade individuais relativos à unidade consumidora ou central geradora.

Histórico dos últimos meses

MÊS	DEMANDA MEDIDA			CONSUMO FATURADO			HORÁRIO RESERVADO	
	PONTA	FORA PONTA	REATIVO EXCEDENTE	PONTA/TOT	FORA PONTA	REATIVO EXCEDENTE	CONSUMO	REATIVO EXCEDENTE
SET	86,52	139,10	0,00	3.494,78	39.017,16	2.278,92	0,00	0,00
AGO	109,54	134,57	0,00	3.596,42	39.034,34	2.931,39	0,00	0,00
JUL	64,51	108,53	0,00	3.017,66	34.688,05	1.820,45	0,00	0,00
JUN	54,10	103,82	0,00	2.463,85	31.704,79	2.431,04	0,00	0,00
MAI	77,95	100,63	0,00	2.477,54	30.570,12	2.677,37	0,00	0,00
ABR	69,89	122,81	0,00	2.485,73	31.526,04	2.516,72	0,00	0,00
MAR	65,52	155,06	0,00	2.684,56	35.874,51	2.828,20	0,00	0,00
FEV	65,52	155,06	0,00	2.689,43	32.069,77	2.460,36	0,00	0,00
JAN	97,94	112,39	0,00	2.867,72	29.609,12	3.771,47	0,00	0,00
DEZ	65,86	117,94	0,00	2.876,41	32.166,37	3.936,07	0,00	0,00
NOV	78,29	158,59	0,00	3.208,51	37.702,10	2.781,45	0,00	0,00
OUT	71,74	139,78	0,00	4.202,56	42.486,70	1.709,90	0,00	0,00
SET	83,83	167,33	6,43	3.972,99	43.665,43	6.308,06	0,00	0,00

Gráfico de Consumo**Tarifa sem tributos**

RESOLUÇÃO ANEEL	3507/25
Consumo Fora Ponta:	0,420790
Consumo Ponta:	3,021150
Demanda Ativa:	44,810000

Conforme Resolução Normativa Aneel 581/2013 Arts 7º e 8º é seu direito solicitar a qualquer tempo à Equatorial Pará o cancelamento de cobrança relativa de outros serviços cobrados na fatura, bem como a emissão da nova fatura sem a cobrança dos serviços cancelados. Ressalta-se que o fornecimento poderá ser suspenso caso os valores referentes aos serviços de distribuição de energia não sejam devidamente pagos.



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PA20251420990

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará

INICIAL

1. Responsável Técnico

RICARDO CHAGAS TOLENTINO

Título profissional: **ENGENHARIA ESTRUTURAL, ESPECIALISTA EM ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS, ESPECIALISTA EM ENGENHARIA DE SUPRIMENTOS, ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **2014307938**
 Registro: **942608PA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **COMANDO DA 23 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA QUADRA ESPECIAL**

CPF/CNPJ: **09.614.516/0001-09**
 Nº: **00**

Complemento:

Bairro: **NOVA MARABÁ**

Cidade: **MARABÁ**

UF: **PA**

CEP: **68509630**

ART Vinculada: **PA20230974784**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 1,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NAO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

RODOVIA BR-230

Nº: **s/n**

Complemento: **52º BIS**

Bairro: **NOVA MARABÁ**

Cidade: **MARABÁ**

UF: **PA**

CEP: **68507765**

Data de Início: **20/10/2025**

Previsão de término: **28/10/2026**

Coordenadas Geográficas: **-5.359751, -49.123213**

Finalidade: **Outro**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **COMANDO DA 23 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA**

CPF/CNPJ: **09.614.516/0001-09**

4. Atividade Técnica

1 - Assessoria

Quantidade

Unidade

6 - Assessoria > PLANEJAMENTO URBANO, METROPOLITANO E REGIONAL > AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO > DE AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO > #10.8.1.1 - EM ÁREA URBANA

1.015,04

m2

14 - Elaboração

Quantidade

Unidade

66 - Laudo > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.1 - DE ALVENARIA

1.015,04

m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Avaliação do imóvel da CANTINA DO 52º Batalhão de Infantaria de Selva (52º BIS) utilizando o Método da Renda para cessão de uso. Endereço: Rodovia BR-230 Transamazônica, Km 08, S/Nº, Bairro Nova Marabá, Marabá-PA, CEP: 68507-765. Área de 46,96m²

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-PA, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro que estou cumprindo as regras de colocação e manutenção de placa legível e visível ao público enquanto durar a execução da obra, instalação e serviços, conforme estabelecido no artigo 16 da lei federal 5.194/66.

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

RICARDO CHAGAS TOLENTINO - CPF: 127.740.197-70

_____, _____ de _____ de _____
 Local data

COMANDO DA 23 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA - CNPJ: 09.614.516/0001-09

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 103,03**

Registrada em: **31/10/2025**

Valor pago: **R\$ 103,03**

Nosso Número: **11759759**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pa.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 6Z9C
 Impresso em: 05/11/2025 às 09:02:38 por: , ip: 177.8.83.173



COMANDO 23 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

Contrato 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	160170-COMANDO 23 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	ALEXANDRE FRANCISCO ALVES	14/01/2026 12:42 (v 0.4)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos		64314.008603/2025-65

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

(Processo Administrativo nº 64314.008603/2025-65)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

A União por intermédio da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede na Folha 23, Quadra Especial, S/N, Nova Marabá, na cidade de Marabá/PA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº ****.***. ***/0001-****, neste ato representada pelo Ten Cel GUILHERME AUGUSTO DE FELITO LOPES, Ordenador de Despesas, nomeado pelo Boletim Interno nº 25, de 19 de fevereiro de 2024, incrito no CPF sob o nº ****.***.***-****, portador da Carteira de Identidade nº *****.***.***-** * MD/EB, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado (a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº 64314.008603/2025-65 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90023/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.[A2]

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Cessão de uso para exercício de atividade de apoio lanchonete/cantina, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogáveis por até 10 (dez) anos, contados da assinatura do contrato, na forma do Art. 110, I, da Lei no 14.133/2021.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.4.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.4.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.5. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O custo estimado total da contratação xxxxxxxxxxxxxxxx

5.2. No tocante à ocupação do espaço físico destinado à cantina, o Valor Total Mensal para a Cessão de Uso, já contemplando o consumo proporcional de energia elétrica e água/esgoto, foi definido no montante de R\$ 2.213,68 (dois mil duzentos e treze reais e sessenta e oito centavos), valor este que deverá ser integralmente pago pelo cessionário, conforme estipulado no Tópico 7 – Critérios de Medição e Pagamento no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado pela CESSIONÁRIA até o 5º (quinto) dia útil ao mês subsequente a que se refere a taxa de utilização.

6.2. Os pagamentos deverão ser efetuados exclusivamente através de Boletos GRU – Guia de Recolhimento da União – emitidos pela CEDENTE.

6.3. Os boletos para pagamento serão disponibilizados a(o) CESSIONÁRIO(A), pelo Setor Financeiro (Tesouraria) da CEDENTE.

6.4. A(O) CESSIONÁRIA(O) deverá apresentar mensalmente uma cópia do comprovante de pagamento ao Fiscal de Contratos designado pela CEDENTE, para controle interno e prova de sua quitação.

6.5. A inadimplência da(o) CESSIONÁRIA(O) em até 03 (três) parcelas implicará na rescisão contratual.

6.6. São de inteira responsabilidade da(o) CESSIONÁRIA(O) a guarda e dos cuidados com os boletos, assim como a busca oficial destes – mensalmente – junto à CEDENTE.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.7 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.8 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada os preços para cesta de itens poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para o reajuste da taxa referente à Cessão de Uso, observando o período de vigência contratual, será aplicado o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M).

7.9 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.10 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CESSIONÁRIA pagará à CEDENTE a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CESSIONÁRIA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.14 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. ixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. O presente contrato gera receita para administração.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Marabá, Seção Judiciária de Marabá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- [A1]

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: aprovo

GUILHERME AUGUSTO DE FELITO LOPES
Autoridade competente